



## 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



### Experiências do Projeto de Extensão “Orientação Sociojurídica Itinerante”

Isabela Risso da Silva, graduação em direito, UNESP campus Franca, [isabelarisso@hotmail.com](mailto:isabelarisso@hotmail.com), sem bolsa, Maria Fernanda Aidar Mendonça, graduação em direito, [aidarmendoncamaria@gmail.com](mailto:aidarmendoncamaria@gmail.com), bolsa BAAE II, Pâmela Eunice Moreira, graduação em serviço social, [pamelabittencourt09@gmail.com](mailto:pamelabittencourt09@gmail.com), bolsa BAAE II, Taís Alessandra Sbrissa Lourenço, graduação em serviço social, [taisalexandras.louenco@hotmail.com](mailto:taisalexandras.louenco@hotmail.com), bolsa BAAE I. Elisabete Maniglia, professora orientadora.

**Eixo:** “Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania”

#### Resumo

O trabalho em questão trata sobre o projeto de Orientação Sociojurídica itinerante, que consiste em uma proposta de atuação na comunidade de Franca, visando a prestação de serviços referentes a orientação e acompanhamento psicossociojurídico destinado a população hipossuficiente não assistidas por órgãos públicos ou particulares residentes nos bairros atendidos pelo projeto dentro das áreas referentes ao direito de família e previdenciário.

Neste trabalho explicaremos os objetivos do projeto, os materiais e métodos utilizados e os seus resultados.

**Palavras Chave:** direitos, orientação, formação.

#### Abstract:

The article is about an itinerant Project that consists in a proposal to give guidance to the poor in Franca neighborhoods, going there and providing legal and social services to the people. The project is destined to people that don't have money and don't have a government assistance or even a private assistance, and live in a poor neighborhood. The project provides legal and social services in family law and social security law.

The article will explain about the purpose, the methods and materials used, and the project results.

**Keywords:** rights, guidance, formation.

#### Introdução

O projeto Orientação Sociojurídica Itinerante é uma proposta de atuação na comunidade de Franca, de forma descentralizada, abarcando todas as regiões da cidade, que totalizam cinco. O projeto visa à prestação de serviços referentes à orientação e acompanhamento psicossociojurídico.

Acontece por meio de um trabalho interdisciplinar entre os estagiários e profissionais de Direito, Serviço Social e Psicologia, que realizam atendimentos à população hipossuficiente, que tem negados os seus direitos e, em muitas vezes,

não possui acesso a informações, além de não ser assistida por órgãos públicos ou particulares. O trabalho consiste na orientação em relação aos direitos sociais; propositura e acompanhamento de ações judiciais, quando necessárias; identificação e encaminhamento aos recursos da comunidade; além de proporcionar assistência gratuita referente às suas necessidades psicossociojurídicas.

#### Objetivos

*8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, 2015. Experiências do Projeto de Extensão “Orientação Sociojurídica Itinerante”, Isabela Risso da Silva, Maria Fernanda Aidar Mendonça, Pâmela Eunice Moreira, Taís Alessandra Sbrissa Lourenço.*



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



O projeto Orientação Sociojurídica Itinerante tem por objetivo proporcionar à população o acesso aos seus direitos, por meio do acompanhamento profissional necessário, bem como para proporcionar estágio profissional aos alunos dos cursos de Direito e Serviço Social.

Visa também defender a dignidade da pessoa humana; informar a comunidade dos seus direitos e deveres como cidadão; oferecer à população assistência sociojurídica gratuita de forma descentralizada, referente às suas necessidades psicossociojurídicas, nas áreas de família e previdência social; promover o desenvolvimento técnico-ético-profissional dos estagiários dos cursos de direito e serviço social.

O projeto tem por objetivo atender a população economicamente necessitada, não assistida por órgãos públicos ou particulares, residentes na comarca de Franca.

Busca-se durante o acompanhamento de cada caso, estabelecer um diálogo com a finalidade de abordar uma visão ampla da situação em questão, pautada em uma visão de totalidade e conjuntura, sem culpabilizar o indivíduo, trazendo a reflexão de que os problemas abordados são estruturais, e não individuais.

Com isso, buscamos problematizar a estrutura socioeconômica, que interfere na estrutura sociojurídica brasileira, dificultando o acesso à justiça e a efetivação de direitos.

A reflexão feita permite que o mesmo se reconheça como sujeito de direito, e, portanto, cidadão, demonstrando que o trabalho realizado no projeto não é um tipo de favor, ou assistencialismo, pelo contrário, é um direito resguardado pela Constituição Federal.

A garantia do acesso à justiça, princípio da inafastabilidade da jurisdição, está garantida no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, segundo qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.

Além disso, o Brasil é signatário da convenção interamericana sobre direitos humanos de São José da Costa Rica, que em seu artigo 8º afirma que todas as pessoas possuem o direito de ter dentro de um prazo razoável o acesso a um tribunal competente para que se determinem seus direitos de qualquer natureza, que no nosso caso é o direito previdenciário ou de família.

Apesar de garantia constitucional, previsto em convenções internacionais em que o Brasil é signatário, o projeto mostra-se necessário devido ao fato de que esse direito nem sempre é efetivado,

sendo válida a ação de viabilizar o acesso ao mesmo.

## Material e Métodos

O trabalho se desenvolve a partir de entrevistas com a população hipossuficiente por meio de questionários pré-elaborados, cuja temática envolve os problemas diuturnos jurídicos e sociais que envolvem família e previdência.

As datas dos atendimentos são divulgadas com antecedência em locais comunitários de fácil acesso ao público, por meio de cartazes e de folders que são entregues ao público possuindo as próximas datas de atendimento, possibilitando a divulgação e disseminação da informação.

Os atendimentos acontecem de forma descentralizada, para facilitar o acesso ao judiciário e às informações sociojurídicas que cabem ao caso.

O projeto é levado à população quinzenalmente. Nesta situação, uma dupla formada por um estagiário de serviço social e um estagiário de direito realizam um atendimento, sendo este composto de um acolhimento inicial, onde acontece a apresentação dos estagiários e do projeto, assim como da pessoa que está sendo atendida, que irá expor a sua situação.

Para melhor compreensão, são feitos além da entrevista, o preenchimento de uma ficha com os dados pessoais e com informações relevantes.

Os materiais utilizados para essa ação são uma ficha de identificação e estudo socioeconômico, um controle de atendimento e situação processual, que fica com o estagiário de direito no qual transcreve as informações relatadas pelo usuário, e uma folha para relatório social, que fica com o estagiário de serviço social, que faz o mesmo.

Com o conhecimento do caso, os integrantes do projeto fornecem as devidas orientações e encaminhamentos.

No atendimento, o usuário recebe um cartão que possui seu número de matrícula, os estagiários responsáveis pelo caso e o telefone da instituição na qual o projeto pertence, facilitando o contato do usuário com a unidade conforme sua necessidade.

Após o primeiro atendimento, as informações coletadas são anexadas ao prontuário, para



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



facilitar a identificação e organização, assim como o usuário é inscrito nos livros de controle geral e nos de cada estagiário.

Os estagiários de serviço social realizam um relatório social para cada caso atendido, narrando a situação apresentada e formulando o parecer técnico.

Se houver necessidade, os estagiários de direito identificam o conflito jurídico e ajuízam a ação, buscando a efetivação do direito.

Nesses casos, é gerada uma ficha com os dados do processo e nela são anexadas todas as publicações referentes àquele caso para melhor controle e acompanhamento, buscando não perder nenhum prazo.

Os casos são acompanhados constantemente até que sejam encerrados. Nesta ocasião é feito um relatório de arquivamento e os prontuários são guardados no banco de dados.

Todo o trabalho realizado pelos estagiários é supervisionado pela equipe técnica, composta por duas advogadas, duas assistentes sociais e uma psicóloga, sendo realizadas reuniões periodicamente para aprofundamento teórico e qualificação para o projeto.

Além disso, o projeto é coordenado pela Professora Elisabete Maniglia.

## Resultados e Discussão

Através do projeto, os estagiários entram em contato com casos reais, possibilitando a prática de seu arcabouço teórico adquirido na graduação, saindo do comodismo, tendo contato com a realidade imprevisível diante dos casos atendidos, aprendendo a lidar com situações novas que fazem o estagiário pensar e dialogar com essa realidade, identificando os fatos que necessitam de atenção e, assim, buscando as melhores soluções para o indivíduo que procurou nossos serviços dentro do projeto.

Esse processo possibilita ao estagiário uma formação mais ampla, interdisciplinar e crítica, refletindo sobre as questões sociais, compreendendo a realidade como ela é, assim como suas peculiaridades. Tornando os estagiários profissionais mais sensíveis, humanos

e desenvolvendo uma empatia pelo outro, o que possibilita um trabalho mais comprometido, dedicado, realizando suas atividades com a expectativa de um possível desfecho favorável.

A proposta do trabalho interdisciplinar constitui um diferencial na formação profissional dos graduandos dos cursos de Direito e Serviço Social participantes do projeto permitindo aos mesmos adquirir conhecimentos relativos a outras áreas do conhecimento, além de uma formação ética.

O projeto atende a população hipossuficiente não assistida por outros órgãos particulares ou públicos possibilitando à população o acesso a orientação e a uma assistência sociojurídica de forma gratuita, conscientizando o usuário de seus direitos como cidadão para uma vida digna da qual possui direitos e deveres, e assim abrir caminho para sua efetivação.

A realização das atividades de forma descentralizada possibilita um maior acesso a quem não tem recurso financeiro para se deslocar, visto que a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social está afastada do centro da cidade, e o público alvo do projeto além de não possuir condições financeiras, tem dificuldade em relação ao tempo, já que a maioria trabalha e depende deste, tornando o acesso mais viável aos mesmos, levando o projeto para o seu bairro, e assim perto de suas famílias.

O projeto está conseguindo efetivar seu objetivo de ir ao bairro quinzenalmente, oferecendo orientação à população que chega muitas vezes sem saber seu direito ou o benefício de que possui direito, sendo, portanto, encaminhada as unidades competentes, como INSS, o CRASS, a Defensoria Pública e outras instituições ou projetos instalados na região.

Caso necessário, o estagiário de direito fica responsável por ajuizar a ação e ambos, os estagiários de direito e serviço social, acompanham a ação, informando ao usuário o andamento de seu caso.

O projeto se preocupa em disponibilizar o acesso à justiça gratuita e à informação, no entanto existem problemas estruturais das instituições que fogem do controle do projeto.

Muitas vezes o usuário possui uma demanda urgente, entretanto o judiciário é demorado devido à quantidade de casos que possui, fazendo com que um direito seja violado mesmo



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



sendo legítimo por causa da burocratização do judiciário.

Além disso, mesmo não sendo uma demanda tão urgente, demoram muitas vezes até anos para serem solucionados e são passíveis de recursos, continuando a serem violados.

O projeto possui limitações, como o limite do número de estagiários, assim como os casos atendidos, portanto, algumas vezes o caso não pode ser resolvido no projeto, sendo encaminhado a outros órgãos, sendo um empecilho para a efetivação de direitos.

Em outros casos não existe órgão na cidade que possui competência para resolver o problema de forma gratuita, tendo o usuário que gastar com advogado mesmo não possuindo condições ou simplesmente desiste de solucionar a situação.

Há ainda casos, nos quais o projeto possui competência para agir, mas não consegue a efetivação das leis devido a outras formas de interpretações dos magistrados para com o assunto, causando injustiças e em outras vezes, a própria lei é injusta.

Essa injustiça pode ser derivada da burocratização inerente do sistema judiciário, já que os ritos devem ser seguidos conforme a lei, os prazos não se moldam à peculiaridade de cada caso, os juízes demoram a dar a sentença, entre outros problemas estruturais e institucionais.

Outro problema é, principalmente nas ações previdenciárias, os critérios muito rígidos utilizados pelos peritos para concessão do benefício.

Esses benefícios são pautados nas políticas públicas e nas sociais, que diante da sociedade atual, estão cada vez mais sendo minimizados, focalizados e até mesmo privatizados, influenciado pelo modelo econômico neoliberal que precariza as políticas públicas e sociais, dificultando a realização das ações para efetivar os direitos do cidadão.

## Conclusões

Diante do exposto podemos concluir que o projeto se faz necessário tanto à população quanto aos estagiários, que desenvolvem análise crítica da realidade auxiliando a população no acesso à informação, à jurisdição, às políticas públicas e projetos comunitários de forma descentralizada, permitindo que a população hipossuficiente tenha a possibilidade de ir ao encontro de nossos serviços

e, consequentemente, aos seus direitos, de forma fácil.

Através dos materiais e métodos utilizados no projeto é possível efetivar os seus objetivos, facilitando o contato com a população, o controle dos casos e seu acompanhamento, assim como melhorando a qualidade dos nossos serviços prestados.

Nas entrevistas é possível ter uma aproximação com a realidade do entrevistado, possibilitando uma abordagem mais humana e compreensiva da situação daquela pessoa e possibilitando uma visão ampla do caso, sendo fundamental para o projeto, pois é nesse momento que as informações mais importantes são fornecidas, possibilitando um estudo do caso e um melhor encaminhamento.

Os estagiários por meio da supervisão estão comprometidos em acompanhar os casos, tendo o compromisso e a responsabilidade com o usuário em possibilitar a efetivação dos seus direitos, em um processo de relação interdisciplinar, contribuindo para o aumento do conhecimento e uma melhor análise do caso, mais ampla e completa.

Dentro do projeto é realizada a supervisão pelas advogadas e assistentes sociais, que é importante para a formação do estagiário, pois possibilita a interação entre teoria e prática, além de estarem comprometidos com a ética profissional, pois ao longo de todos os casos é priorizado o sigilo, um dos princípios tanto do serviço social, quanto do direito, deixando a pessoa mais confortável e segura ao expor sua realidade.

Igualmente importante é a supervisão para a pessoa que está sendo atendida, que possui também o respaldo de um técnico da área, passando segurança e profissionalismo.

A supervisão faz com que os estagiários pensem e pesquisem sobre os assuntos recorrentes no cotidiano do projeto, aumentando o arcabouço teórico e o entendimento da realidade pelos estagiários participantes e aumentando a qualidade do projeto.

É buscada ao máximo durante o projeto a conscientização do indivíduo como sujeito de direito, e demonstrar que não estamos fazendo um mero favor. O projeto busca a efetivação da constituição federal e dos acordos internacionais de direitos humanos que o Brasil faz parte, buscando deixar claro para os usuários os direitos que possuem, sendo importante para que seus direitos sejam sempre buscados e que não desistam de lutar por eles, mesmo diante de todos os problemas e burocratização encontrados nesse caminho.



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



Apesar de todos os limites estruturais e institucionais da sociedade atual, que muitas vezes fogem do nosso controle, o projeto está comprometido em tentar ao máximo, dentro da sua capacidade, a efetivação de um direito violado.

É importante frisar a necessidade da efetivação dos direitos, mesmo nos casos em que a pessoa não possui condições de ter um advogado particular, pois ela não deixa de ser cidadã e, portanto, é essencial a assistência sociojurídica gratuita, como no projeto em questão.

A população tem aderido ao projeto, e ao entrar em contato com o mesmo o dissemina para a família e amigos, aumentando sempre o número de pessoas atendidas.

Assim sendo, consideramos o projeto plenamente exequível, visto a grande demanda que recebemos em loco, e também no envolvimento dos estagiários, que realizam suas atividades com afinco, pois o projeto propicia o exercício da prática com o conhecimento teórico em uma atividade social.

## Agradecimentos

O projeto Orientação Sociojurídica Itinerante não poderia ser realizado sem o apoio e o envolvimento de várias pessoas que o fizeram possível. Cada uma contribuiu com uma parte do que o projeto é, sendo fundamental para a sua manutenção.

Em primeiro lugar agradecemos a PROEX pela manutenção financeira do projeto, sem a qual não seria possível sua realização.

Agradecemos também a equipe técnica por seu conhecimento específico e suporte, que faz com que o projeto seja realizado com muita qualidade e profissionalismo. Agradecemos também a professora Elisabete Maniglia pela coordenação e orientação do projeto.

Em seguida gostaríamos de agradecer os estagiários que se disponibilizam e estão comprometidos em se locomover periodicamente aos bairros, realizando um trabalho com alegria e amor.

Aos bairros e suas instituições comunitárias, não podemos deixar de agradecer a ótima recepção que temos tido cotidianamente.

E por fim, ao elemento essencial do projeto, gostaríamos de agradecer a população que confia no nosso trabalho e se faz presente na busca da efetivação de seus direitos.

- 
- ANNONI, D. **Acesso à justiça e direitos humanos: a emenda constitucional 45/2004 e a garantia a razoável duração do processo.** Revista de Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, v. 03, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfp/articloe/viewFile/190/182>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- BEHRING, E R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** Biblioteca Básica de Serviço Social. 9ª Edição. São Paulo, SP,: Editora Cortez, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.